

FERREIRA, Janylle de Almeida. A produção social da Comunidade de Jequiá: limites e desafios de resistências. In SILVA, Catia Antonia da (org.). *Pesca Artesanal e Produção Do Espaço: Desafios Para A Reflexão Geográfica*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

A PRODUÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE JEQUIÁ

Limites e desafios de resistências

Janylle de Almeida Ferreira ¹

Introdução

Esse estudo parte da dissertação de Mestrado em História Social realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro sobre a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, como oficialmente é reconhecida pelo IBGE a área de moradia em questão, situada no entorno imediato de uma das 27 instituições representativas dos pescadores do Estado do RJ. Está localizada, de acordo com a Prefeitura, no bairro do Cacua, na Ilha do Governador, situada à Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, na foz do Rio Jequiá, daí nossa denominação: comunidade de Jequiá.

Dentro da localidade há a instituição voltada para a pesca, de mesmo nome, cuja área de atuação – Ilha do Governador, Caxias e Paquetá – ultrapassa a área de moradia na qual está instalada. Habitação e trabalho aparecem ligados novamente, conforme abordagem anterior (FERREIRA, 2008), o que é bastante comum na atividade.

Nosso objetivo é, partindo da comunidade Pesqueira do Jequiá, averiguar o significado de uma realidade diferenciada não só pela atividade, mas pelo sentido de tudo o que é produzido por esse grupo social, seus costumes, sua cultura, sua resistência e o fortalecimento de sua identidade, impulsionado pela crise do seu modo de vida diante dos espaços luminosos que Milton Santos nos ensinou a perceber e contribuir para um novo olhar geográfico que dê conta de “terra e mar”, onde acontecem as disputas territoriais cotidianas entre esse grupo, numeroso, mas desarticulado e invisibilizado, e a classe média, os grandes gentes empresariais e contraditoriamente o Estado.

Nossa contribuição para pensar a realidade da pesca no país parte da análise de problemas históricos locais que atravessam muitas comunidades, tal como o problema fundiário,

¹ Mestre em História Social – UERJ/FFP. Graduada em geografia – UERJ/ FFP.
<Janylle.ferreira@hotmail.com>

e também da análise de dados demográficos e sociais, como a baixa renda de áreas pesqueiras e a recente explosão demográfica dessas áreas que ainda amenizam e amortecem os rigores da pobreza e do desemprego estrutural e tendem a absorver os impactos do que acontece no urbano, mas resiste, à custa de precarizar-se.

Dividimos nosso estudo em duas seções. A primeira – Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho – apresenta a comunidade, problematiza o esse conceito, destaca a importância histórica e atual da pesca para a comunidade diante das disputas. Na segunda seção – Área militar ou urbana? Da administração da Estação Rádio da Marinha (ERMRJ) para a gestão da Prefeitura – abordamos a relação entre a comunidade e o Estado, em dois marcos cronológicos e institucionais bem delimitados, um sob o domínio militar e outro urbano.

Produção social do espaço e formas de dominação estatal

Os marcos históricos são fundamentais para compreender a relação espaço-tempo, marcada por acontecimentos e novas ações estatais que vão alterando o cotidiano dos pescadores ao longo de décadas. Assim exposto, a produção social do conhecimento e da identidade nesse espaço é atravessada por relações de poder que vão desde a exercida pela Marinha do Brasil a partir de 1920, quando da doação da área a pescadores a título precário, até a exercida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 90, quando a mesma começa a receber os serviços públicos urbanos. Desde então aos poucos vão mudando as relações com a Marinha e o controle militar é afrouxado.

Devemos considerar também o contexto vivido na década de 1990, período no qual estão concentradas mudanças substanciais que influenciaram a localidade. O Brasil tinha acabado de sair da ditadura militar e tinha a nova Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, para colocar em prática. Nela diversas mudanças foram formuladas visando a redemocratização do país e o alcance da cidadania.

Outro fato importante foi a realização na cidade do Rio de Janeiro da ECO 92, um evento internacional que acaba por colocar questões de fundo ambiental para contribuir na remodelação desse território, dando origem à APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) do Jequiá. O interesse da Prefeitura pela localidade vai aparecendo em ações progressivas, iniciando pela criação da APARU em 1993, sendo consumada em 1996 a reversão da área de militar a urbana, podendo assim ser iniciada a entrada dos serviços urbanos, o que aconteceu em 1998 e a construção do Centro de Educação Ambiental (CEA) em 1999, uma prótese da prefeitura. Houve descontentamento em face à desconsideração dos grupos sociais locais já organizados.

Entende-se que a reversão da área de militar em área urbana se deu de forma progressiva, deixando de fazer sentido a existência de uma Prefeitura militar, os Censos para controle de crescimento e as fiscalizações militares e é criada uma Associação de Moradores em 1993, uma entidade que expressa a luta de movimentos sociais urbanos.

Essas mudanças para alguns trazem medo e para outros a esperança de conseguir o título de propriedade, o que se materializa no espaço, pois muitos pescadores acabaram vendendo suas casas e lajes enquanto a prefeitura apropriava-se das histórias locais e promovia uma valorização da localidade apoiada na identidade já existente (que ganha força com tantas mudanças) e no *marketing*, espalhando placas informativas sobre o meio ambiente e a história local na área.

Diante de tantas novidades, na impossibilidade de prever o futuro e numa reação às mudanças os moradores e pescadores da localidade sentiram a necessidade de construir para si um passado instrumental, muitas vezes idealizado, a fim de justificar sua permanência no local, dando forma e substância às suas identificações – identidade (s) – : 1. A de *pescadores*, atividade extrativista que os coloca em contato direto com o meio ambiente. Eles são detentores de uma estreita relação com a vizinha Estação Rádio da Marinha, relação essa que apareceu várias vezes em entrevistas e conversas informais como “de parceria”. No passado praticar essa atividade como forma de sobrevivência foi pré-requisito para habitar a área em questão. 2. A de *moradores*. Essa palavra, pronunciada no presente, nos transporta para um passado onde apesar do controle e das restrições impostas pela Marinha, as pessoas sentiam-se mais seguras do que hoje no que diz respeito à terra, não que antes não houvesse a ameaça de remoção. Essas duas identificações, que no presente nem sempre operaram juntas já foram inseparáveis, mas a facilidade de acesso à área, possibilitada na década de 1990 trouxe benefícios e problemas. Se por um lado tornou mais fácil a entrada de serviços públicos, também por outro possibilitou o crescimento desordenado o qual nos é apontado pelo Censo de 2010, quando a localidade passa a ser considerada oficialmente como uma área de ocupação subnormal, levando-se em consideração tanto o seu processo de ocupação quanto a falta de título de propriedade do terreno, a densidade populacional e seu acelerado e recente crescimento.

Por outro lado o crescimento de outras atividades na Baía de Guanabara acaba também gerando impactos associados à modernização desse território. Assim aumentam as áreas de exclusão à pesca e conseqüentemente a tensão, as disputas, os conflitos e a resistência em espaços pesqueiros como esse, construídos dentro do contexto da atividade na Baía de Guanabara e da Região Metropolitana.

Trabalhadores e moradores vivenciam as contradições entre as suas lutas cotidianas pelo território em nome da sobrevivência, sua invisibilidade diante do urbano e o fortalecimento da (s) sua (s) identidade (s).

O sentido de tudo o que é produzido por esse grupo social, seus costumes, sua cultura e seu modo de vida que está em crise e ganha espaço para discussão na localidade – ainda que cada vez menos ela seja uma área exclusivamente pesqueira. Nesse sentido a comunidade vem sofrendo com o aumento populacional da área, mas a identidade do grupo – a de pescadores – se fortalece diante da crise.

Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, um núcleo de moradia e trabalho

De propriedade da União, a área da localidade conhecida como Colônia foi cedida pela Marinha do Brasil em 1920 para legalizar um núcleo de pesca artesanal já existente na localidade e acabou por abrigar pescadores oriundos de outras áreas, tais como Itaipu e Piratininga- Niterói, Caju e da própria Ilha do Governador- Rio de Janeiro, por ocasião da fundação da primeira Colônia de Pescadores do Brasil – segundo a história local – na época Z-1, hoje Z-10, devido a uma reestruturação das Colônias no Rio de Janeiro.

Resende (2011) demonstra que as Colônias de pescadores no Brasil nascem das comunidades pesqueiras, quando a pesca torna-se elemento importante da frota militar e objeto de grandes pesquisas para o reconhecimento tanto das características naturais quanto sociais do território brasileiro. Hoje muitas das instituições funcionam afastadas das comunidades que representam, até pelo fato de normalmente representarem pescadores de mais de uma área, mas a Z-10 conservou este traço a ponto de a denominação ultrapassar os limites da sede da instituição e denotar toda a área, comum e oficialmente conhecida por Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira (ou simplesmente por Colônia), ainda que a sua ocupação hoje seja mais complexa e que a área de responsabilidade da instituição – Ilha do Governador, Caxias e Paquetá – seja mais ampla que a da comunidade em questão.

Entretanto, fundamental refletir sobre o que é comunidade. A Colônia Almirante Gomes Pereira, como núcleo de moradia seria uma comunidade?

Para Weber (2000, p. 25), comunidade tecida no social, ou seja, “uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (efetivamente) ao mesmo grupo”.

Mais adiante Weber (2000, p.26) fala a respeito de uma relação comunitária:

“[...] somente quando, em virtude desse sentimento as pessoas começam, de alguma forma, a orientar seu comportamento pelo das outras, nasce entre elas uma relação social – que não é apenas uma relação entre cada indivíduo e o mundo circundante –, e só na medida em que ela se manifesta o sentimento de pertencer ao mesmo grupo existe uma relação comunitária.”

Esse sentimento na prática tem muito mais relação com a identidade (que remonta a um passado) do que com a comunidade em si, que vem sofrendo diversas influências do urbano no que se refere à modernização industrial à ocupação e à especulação imobiliária.

Devido à sua localização, a área e/ ou a atividade sofre também influência da especulação imobiliária praticada em seu entorno, bastante valorizado.

O presidente da Colônia de Pescadores, Aníbal Ferreira de Almeida Nolau (entrevistado em dezembro de 2011), nos confirmou a existência da interferência da classe média sobre a política do entorno, manipulando o espaço pelas vias do poder da especulação referente ao caso da construção de um píer que melhoraria muito as condições de trabalho dos pescadores e que mediante os questionamentos dos moradores da orla, foi desarticulado.

Mas a especulação imobiliária na Ilha não é um fenômeno novo e a Colônia já lida com ela desde sua criação, pois até a década de 1970 o bairro da Ilha era considerado nobre pela classe média, tendo iniciado esse processo na década de 1920 com a divisão das propriedades em loteamentos. Na atual divisão que resultou em 14 bairros, há os que mantêm essa característica de abrigar a classe média, agora em belíssimos apartamentos.

Os moradores da localidade convivem com conflitos em relação à valorização do entorno, que se traduz na especulação imobiliária, e à ocupação histórica – que se deu por concessão e mediante o controle da Marinha, e apesar de não estar mais na área dessa instituição ainda mantêm um estreito relacionamento com a mesma, como herança de outros tempos. Contraditoriamente mesmo sem possuírem o título de propriedade dos terrenos, essa valorização do entorno influencia a área e acaba por valorizá-la, atraindo outros moradores que na verdade também estão sendo influenciados por processos de urbanização do presente e por aquelas que buscam abrigar-se longe da violência, tão comum na cidade.

Esse espaço de moradia e trabalho abriga uma comunidade popular de dinâmica própria, com produção e manutenção de artefatos e embarcações, que como ponto de apoio e habitat é suporte para uma atividade produtiva secular na Baía de Guanabara, a pesca. Denunciado pela sua forma, esse lugar onde muitas casas possuem o seu próprio cais, com pequenos barcos amarrados numa paisagem exuberante manguezal adentro, no rio Jequiá, numa integração com a natureza que no mundo moderno só se vê em imagens congeladas de quadros pintados e pendurados em frias paredes. Conhecida pelo seu estilo de vida simples e pitoresco, com as particularidades culturais e experiências vivenciadas em grupo, a comunidade reflete sua condição humana e de sobrevivência. Essa condição relaciona trabalho, na figura dos ranchos e do espaço propício, apesar da precariedade, à manutenção e segurança das embarcações na localidade, o que se dá através de um espaço que envolve casa, porto, área para a manutenção e guarda de material.

Assim temos não só a importância histórica da atividade para a comunidade, mas para tantas pessoas que vivem em meio às disputas territoriais impostas por um tipo de

progresso/desenvolvimento que mais exclui do que inclui, pessoas que vivem dessa atividade por opção, por falta dela.

Na próxima seção aprofundaremos um pouco mais a nossa análise sobre a relação entre a comunidade e o Estado, em dois marcos cronológicos bem delimitados e representados por duas esferas distintas: a militar, na figura da ERMJR e a urbana, representada pela Prefeitura.

Área militar ou urbana? Da administração da Estação Rádio da Marinha do Rio de Janeiro (ERMJR) para a gestão da Prefeitura

A história da ERMJR, em nossa perspectiva, associada à da Colônia de Pescadores se divide em dois momentos bastante interessantes, o primeiro vai da Implantação da ERMJR (1916) e legitimação do núcleo de moradia e pesca existente em sua área, com a organização de uma Colônia de Pesca (1920), assim como foi feito de norte a sul do Brasil pela Missão do Cruzador José Bonifácio (1919-1923) e o segundo inicia-se na década de 90, quando a Marinha resolve abrir mão da área, alegando gasto de grande parte do tempo da corporação com problemas comunitários, em favor da Prefeitura. Desta forma deixa de existir o controle militar de outrora, mudando-se as diretrizes anteriores aplicadas à área.

O PRIMEIRO MOMENTO: UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO, PROTEÇÃO E CONTROLE ENTRE A ERMJR E A COLÔNIA QUE SE ESTENDE ATÉ A DÉCADA DE 1990.

Esse primeiro momento é lembrado pelos pescadores como muito marcado pelo controle e disciplina impostos dentro da localidade pelos militares. Também o associamos ao fundamental controle de mão de obra posterior à abolição da escravidão de 1888. Não por acaso em todo o país, há uma incorporação das comunidades de pescadores no período entre 1919 e 1923 através da Missão do Cruzador José Bonifácio, quando ainda não se sabia muito bem o que fazer com as pessoas livres. A Marinha atua no sentido de reduzir e regulamentar essa “liberdade”. Por outro lado o período é posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e buscava-se inserir nos numerosos pescadores da nossa imensa costa o sentimento de defesa nacional. Além de possibilitar conhecer sua gente, ou melhor, sua população, essa Missão foi também uma oportunidade de se catalogar seus recursos, identificar as possibilidades de exploração, bem como nacionalizar, institucionalizar e organizar a pesca, criando Colônias de Pesca artesanal por toda a costa, de norte a sul, em áreas onde já estavam estabelecidas comunidades pesqueiras.

Nesse contexto surge a Colônia Cooperativa de Pescadores Almirante Gomes Pereira pelo TERMO DE DOAÇÃO de 1920, numa estreita relação com a Marinha.

Dando sequência a documentação que regulava essa convivência, temos:

- OS AVISOS E CIRCULARES nº 36 de 9 de setembro de 1937– convoca os ocupantes dos terrenos para a regularização dos próprios da Marinha;
- O TERMO 90, lavrado em 24 de novembro de 1938– detalha os parâmetros da concessão de terrenos para ocupação a título precário;
- O REGIMENTO INTERNO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-1 de 1969– disciplina as atividades dos poderes que dirigem a Colônia, os direitos e deveres de seus associados;
- A ORDEM INTERNA nº 024 de 1972 – estabelece diretivas concernentes no controle da área ocupada pela Colônia de Pescadores Z-1.

Nesses documentos estão expressos a disciplina e o controle do espaço, impostos pela Marinha e compartilhados pela comunidade que se constroem a partir de relações de dominação e de poder que até hoje estão dadas no cotidiano e que não são encaradas de forma arbitrária pelos pescadores, por muito tempo confinados num espaço sob sua proteção e controle.

De acordo com Villar (1945), foi a Missão de Saneamento e reconhecimento de comunidades pesqueiras do Cruzador Bonifácio realizada entre 1919 e 1923 que estruturou e “legalizou” inúmeras comunidades da costa brasileira numa época em que eminentes brasileiros, entre eles Osvaldo Cruz e Miguel Pereira, agitavam as questões de saneamento e que estava em pauta a formação da identidade nacional, do reconhecimento e da proteção da nossa costa. Desta maneira os pequenos e inúmeros pescadores apareciam como uma solução para protegê-la.

É importante lembrar que essa Missão da Marinha constituiu-se numa exploração da costa brasileira com objetivo de angariar pescadores para participar da terceira Marinha, que visava seu fortalecimento. Para isso era necessário conquistar a confiança dessa simples gente do mar, o que foi feito nesta missão a partir do conserto das pequenas embarcações, da instalação de Colônias, de escolas e de postos de saneamento nas áreas pesqueiras, tendo como consequência a organização da pesca, que há tanto era cogitada, a nacionalização de seus serviços, o estabelecimento de condições para a defesa do litoral a partir de uma aliança formada entre os pescadores e a Marinha do Brasil e a formação e fortalecimento do sentimento de nacionalismo, de pertencimento a uma nação por parte desses pescadores. “[...] E são também pescadores, desde que lhes dermos saúde e ensino, principalmente ensino profissional, que farão a segurança do Brasil no litoral, formando as reservas da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante.” (VILLAR, 1945, p. 48)

Há na área da Colônia um antigo prédio, em ruínas, que, de acordo com a versão local, teria abrigado a primeira escola de pescadores e de seus filhos do Brasil.

A área da Colônia de Pescadores não deixou de pertencer à ERMJR quando da sua fundação em 1920, passando aos pescadores a Título Precário para uso, sendo admitido habitar e trabalhar sob algumas condições que são detalhadas mais tarde (1937), podendo a qualquer momento ser removidos sem nada poder reclamar.

Até aqui estamos em contato com um controle que visava limitar o crescimento da população local, mas esse controle não se restringia apenas a isso, havia também o controle da circulação que restringia a entrada a veículos particulares dos moradores devidamente cadastrados portando seu cartão de trânsito obtido via Prefeitura Militar; proibição de entrada de veículos de praça transportando passageiros; permissão de entrada para veículos pesados de transporte (caminhões) desde que controlados pela guarda do Portão do Jequiá. Outro tipo de controle era aquele que regulava o comércio e as atividades noturnas, proibindo casas de diversão que explorassem venda de bebidas alcoólicas, jogos e prostituição, abrangendo bares e hotéis. Também não era admitida a exploração do comércio por não residentes e aqueles existentes, de propriedade dos moradores deveriam estar em situação legal. Havia ainda o controle quanto às atividades políticas, pois não era permitido o estabelecimento de entidades com essa finalidade.

Desta forma os numerosos e invisíveis pescadores foram submetidos à Marinha, passando a fazer parte dela, visto que por concessão, ali moravam e os documentos parecem ter o objetivo de lembrar aos moradores dessa condição. A qualquer momento, se a Marinha entendesse necessário, poderia solicitar o terreno de volta, o que nunca aconteceu. Segundo depoimentos de moradores, algumas pessoas interessadas em vender suas casas acabaram por vendê-las à Marinha.

As marcas deixadas por esse convívio com a instituição imprimem ritmos e formas de ser e estar no mundo que cristalizam relações identitárias e de pertença no seio dessa comunidade. Nesse contexto constroem-se localmente representações e sentimentos sobre a Marinha que fazem sentido apenas para os que historicamente estão na sua área de influência ainda que a gestão da área tenha progressivamente passado para a prefeitura na década de 90.

O SEGUNDO MOMENTO: DA ADMINISTRAÇÃO DA ERM RJ PARA A GESTÃO DA PREFEITURA

Os anos 90 abrem caminho para um período de muitas mudanças e de muitas promessas, na qual, recém-saídos da ditadura militar e com uma nova Constituição Federal, também chamada de constituição cidadã – com uma abordagem mais democrática até mesmo por ter contado com a participação popular na sua elaboração – diversas mudanças foram formuladas, visando o alcance da cidadania. Entre os benefícios trazidos por ela estão os direitos garantidos aos trabalhadores, a possibilidade de criação de associações e um pouco mais de liberdade.

De acordo com Mata (2008, p. 40) “Somente no início da década de 1990 o terreno da Colônia Z-10 passou a ser de responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. E, os

imóveis a partir daí puderam ser vendidos, alugados e obras foram feitas. Os grandes problemas observados hoje, surgiram a partir de então....”

Longe do controle militar fica mais fácil a negociação, a compra e a venda de imóveis e lajes, bem como as construções e o acesso de veículos, que deixam de ser controlados pela Prefeitura militar, comando da Marinha e guarda dos portões. Desta maneira a especulação imobiliária e o crescimento descontrolado conseguem então avançar sobre a localidade. Essa década de 90 é marcada por mudanças que alteram o ritmo e a vida das pessoas que vivem no local.

No que se refere aos pescadores essa área interage e sofre diversas influências da metrópole e da globalização em todos os sentidos e direções e pelo fato de manter certa relação de dependência com ela. Essa relação parte tanto de iniciativa própria – como aquela representada pela circulação seja para o escoamento da produção de pescado, muitas vezes via atravessador, numa tensa forma de exploração, para a compra de insumos para a manutenção de embarcações e artefatos em lojas especializadas e ainda para buscar serviços – quanto de forma autoritária e imposta pelos diversos agentes de poder, apoiados, muitas vezes na Lei, em ações que não promovem o devido diálogo na comunidade, mas partem de fora para dentro, apropriando-se do que foi construído de forma comunitária e ignorando os sujeitos do processo, subjugando e desorientando os moradores.

A pesca é uma atividade de economia familiar/ comunitária transmitida de geração em geração, tendo grande importância para esta que é a maior Ilha da Baía de Guanabara e reuni traços e contribuições tanto da cultura portuguesa (jesuítas) quanto da indígena, mas também incorpora novos materiais e instrumentos, tais como o nylon e os motores a gasolina e diesel, símbolos da indústria e produção modernas. Apesar de as redes serem hoje montadas com panos de nylon confeccionados pela indústria, é preciso conhecimento tanto para realizar essa montagem quanto para sua manutenção, um saber que envolve a manipulação de materiais industrializados, tais como os panos de rede de nylon, o chumbo, as cortiças e o passador utilizando uma técnica específica, um saber comunitário. Nesse sentido a pesca pode ser entendida como uma atividade mista, que atua entre o rural e o urbano.

Essa relação imposta pela modernização é intensa no urbano, que automaticamente classifica os “espaços luminosos e os opacos”, nas palavras de Milton Santos e Maria Laura Silveira, praticamente desconsiderando a dinâmica local:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 264)

Ainda na mesma linha de pensamento, é colocado pelos autores que há espaços que comandam e outros que obedecem. Com esta nossa abordagem é possível apontar os espaços que comandam não só a partir do ponto de vista do continente, mas também daquele da “geografia das águas”, pois por se tratar de uma área pesqueira, a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira recebe influências tanto do que ocorre no continente quanto no mar.

No mar os espaços que comandam são evidenciados pela nova forma de ocupação da baía de Guanabara, que se impõe e pode ser constatada pela crescente instalação de gasodutos e oleodutos, pelas novas instalações da Petrobrás, pelas áreas Militares e pelo aumento do tráfego e fundeio de grandes navios – muitos de bandeiras estrangeiras – em algumas áreas da baía de Guanabara, tais como o profundo Canal Central, também conhecido pelos pescadores como “Canal Varrido”. Áreas como essa, de grande profundidade e importante dinâmica de circulação das águas, vêm tendo seu acesso dificultado aos pequenos e médios barcos em razão dos riscos provocados por esse aumento de tráfego de embarcações de grande porte. Desta forma, entendemos que os pequenos e médios pescadores estariam perdendo espaço para a circulação das grandes embarcações. Devemos lembrar que esses pescadores, ao longo do tempo, foram se afastando da costa, em razão da diminuição da quantidade de pescado ocasionada pela degradação e pela poluição de todo o tipo, originada a partir da intensificação da urbanização e da modernização.

Por outro lado, não há como negar que a vida dos pescadores que insistem na atividade pesqueira – Ainda que muitas vezes associada a atividades urbanas ou mesmo temporárias – sempre teve seus sacrifícios e que a modernização e urbanização foram responsáveis não só por consequências negativas, mas também por benefícios para as comunidades, tais como a poluição, a pavimentação e os serviços. Nesse sentido, as dificuldades que observamos enfrentadas a partir da década de 1990, são diferentes das do período anterior marcado pela presença da Marinha na localidade. As mudanças que marcam a entrada do urbano na área são consideráveis. Abaixo daremos atenção a algumas delas.

- **A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES LOCAL**

A Associação de Moradores da Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, foi criada em 1993 para ajudar a resolver os problemas comunitários.

É importante destacar que as Associações de Moradores são entidades expressivas da luta dos movimentos sociais urbanos que têm o objetivo de centralizar os problemas que ocorrem normalmente no bairro (apesar de esse não ser o nosso caso) através de um representante eleito pelos moradores (membros da associação), estes problemas são levados ao conhecimento do poder executivo municipal e para que sejam cobradas as necessárias providências.

Assim a Associação de Moradores faz parte da institucionalidade do modo de vida urbano no contexto da modernidade contemporânea e neste sentido passa a ser mais um agente coletivo local na comunidade em questão. Desta forma se dá, pouco a pouco, a sua inserção no urbano, na construção das identidades coletivas, quando começa a haver uma maior integração da localidade ao bairro, num momento de transição entre o domínio militar e o urbano, o que se concretizou com a criação da APARU do Jequiá em 1993 e a cessão da área por aforamento para a Prefeitura do município do Rio de Janeiro em 1996, numa progressiva saída da institucionalidade militar e entrada da urbana na figura da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

- A CRIAÇÃO DA APARU DO JEQUIÁ

Em 1993, é criada a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Jequiá através de uma lei específica, o decreto 12.250. Ela é a única unidade de conservação ambiental nesta categoria no Rio de Janeiro, aliás, no Brasil. Essa conceituação é expressa no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro pelo artigo 124 da Lei Complementar nº 18 de 04/06/1992.

Sua criação atende a uma reivindicação antiga de moradores e pescadores, à luta do ambientalista José Luiz de Castro Ferreira pela preservação do manguezal e foi incentivada pela Marinha, protegendo, assim a área constituída pelo o complexo florestal do Morro do Matoso, o manguezal e o estuário do Rio Jequiá, onde estão localizadas a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira e as instalações ERMJRJ.

A Marinha já estava em negociação com a Prefeitura sobre a reversão da área da Colônia, pertencente à União para a administração municipal desde 1992. Pode ter parecido aos moradores que foi de uma hora para a outra que a Marinha deixou de administrar a localidade, mas não foi bem assim. Aos poucos a área como um todo vai passando a gestão da Prefeitura. Enquanto isso não se efetivava, já sabendo do interesse da Prefeitura, foi permitido que a reivindicação dos moradores fosse atendida, numa ação conjunta entre Prefeitura e Marinha, mediante condições que restringia a ocupação na localidade, comprovada pelo parágrafo 2º do Decreto 12.250/93, onde temos a informação de que não serão permitidas ações degradantes ou impactantes ao ecossistema, tais como: “VII— novas edificações, ampliação das construções existentes, ou mesmo transformações de uso, até que sejam redefinidas, pelo Plano Diretor da APARU, as novas condições de uso e ocupação da área.”

A área estaria assim resguardada até que fosse estabelecido o Plano Diretor da APARU. Na época não temos notícia de qualquer fiscalização para garantir que fosse cumprida essa determinação.

As pessoas que habitavam a localidade já estavam acostumadas a viver sob a fiscalização da Marinha e muitos já sabiam como burlá-la atravessando material pelo rio Jequiá, de uma margem à outra à noite para construir suas casas, fugindo da burocracia e do controle imposto que envolvia solicitação, autorização e fiscalizações.

Mesmo com uma determinação legal para que a ocupação não avançasse, o afrouxamento das fiscalizações, antes frequentes deixa uma brecha para que se intensificasse o povoamento da área. Nesse período, apesar de a localidade ainda estar sob o controle da Marinha, os militares já começavam a recuar nas suas ações, em virtude do que estava por vir, a reversão.

• REVERSÃO DA ÁREA DO CONTROLE DA MARINHA PARA A ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO: A LOCALIDADE E A VIDA URBANA

Em 1996 é autorizada a cessão, sob regime de aforamento ao município do Rio de Janeiro do terreno de Marinha de 84.400 m² de área, onde está localizada a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira pela Portaria nº 632, de 28 de novembro de 1996.

No artigo 2º dessa Portaria temos: “O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à regularização das ocupações nele existentes e à promoção de obras de infra-estrutura, saneamento básico e urbanização do local.”

A inserção mais direta na lógica do urbano vai aparecer com as obras de infraestrutura, de saneamento básico e a pavimentação (denominada pelos arquitetos e engenheiros como urbanização local), mas a regularização das ocupações os moradores esperam até hoje, o que a Prefeitura tinha um prazo de 5 anos para realizar, conforme parágrafo 1º do mesmo artigo: “É fixado o prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, para que o cessionário cumpra os objetivos nele previstos, inclusive quanto às providências jurídicas necessárias à regularização dominal da área.”

Assim o controle da comunidade de pescadores em questão deixou de ser exercido pelos militares da ERM RJ e sua gestão passa para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Essa autorização foi fruto de longo período de negociação, visto que a Prefeitura já formalizara seu interesse pela área através do GP nº 872 de 07 de dezembro de 1992. Nesses documentos identificamos que a criação da APARU do Jequiá, em 1993 foi um passo na direção de mostrar o interesse municipal pela área.

Diante da passagem de controle e das promessas de legalização dos terrenos, acreditamos que os moradores sentiram, por uma questão de proteção e para a própria valorização da área e da sua história, a necessidade de reafirmar a sua identidade original, a de pescadores artesanais, aqueles que receberam o terreno da Marinha por doação em 1920. Era

preciso reavivar esse passado para tornar legítima a ocupação da área, por muitos anos regulada pela Marinha. Os moradores vão buscar no passado as justificativas para sua permanência no local, o que acaba por fortalecer a identidade pesqueira na área, ainda que muitas dessas famílias já não vivam mais exclusivamente da pesca.

Por outro lado, com a saída institucionalidade da Marinha na localidade do Jequiá e consequentemente cessado o controle militar, a área parece ficar mais vulnerável aos problemas urbano-metropolitanos fluminenses, tais como especulação imobiliária e crescimento desordenado, o que é associado à sua forma de ocupação e ao fato de os moradores até hoje não possuírem o título de propriedade dos imóveis, produz o que o IBGE denomina Aglomerado subnormal. Aí estão reunidos os ingredientes necessários para a formação daquilo que conhecemos popularmente como favela, termo que carrega um estigma e uma carga que os moradores rejeitam. No senso comum também acabamos por associá-lo à violência e à criminalidade, o que nem sempre é verdadeiro. Na Geografia, o termo está também associado a forma das habitações e a ilegalidade frente à propriedade privada. O problema dessa leitura da forma, dos estereótipos e da carência consiste na perda da riqueza do conteúdo e das historicidades e sociabilidades culturais tecidas no e pelo lugar. A negação da forma nega também o conteúdo – ser pescador e suas contribuições na sustentabilidade alimentar.

Conforme trabalho anterior (FERREIRA, 2008), numa favela normalmente há diversas atividades, as pessoas estão aglomeradas em função da moradia e não das atividades que exercem, podendo influenciar a proximidade do trabalho, a falta de cobrança de impostos e fiscalizações, já que oficialmente quase não há serviço público sendo oferecido (água, iluminação, saneamento básico) e muitas pessoas vivem no improvisado. Na prática, com as políticas públicas de cunho social, o são provisórias ou são deficientes, o que acaba virando permanente um quadro social problemático e vicioso. A ausência ou semi-ausência do Estado produz assim as condições propícias para a entrada da violência e do crime, devido à vulnerabilidade e especificidade da área (becos, ruas estreitas e construções irregulares e inacabadas).

A reduzida ocorrência de violência e criminalidade na localidade, tão associadas às favelas pelo senso comum, acaba por fazer com que os moradores ainda desconsiderem e rejeitem esse rótulo, apesar de muitos terem incerteza sobre o futuro. Segundo eles, a tranquilidade e o sossego da área acabam até atraindo moradores.

Numa área pesqueira as pessoas estão reunidas em torno da atividade, de tal forma que casa e porto, um justifica o outro, daí os apelos dos moradores da localidade ao passado, pois os novos moradores nada têm a ver com a pesca e muitos daqueles cujas origens estão fincadas na atividade já não querem ser pescadores. Assim a tendência é a diversificação de atividades, o que pode ser mais um ingrediente para solidificar esse rótulo o qual os moradores tanto abominam e do qual tanto fogem, por isso se apoiam no passado de origem pesqueira

legitimado pela Marinha e representado hoje por pescadores que lutam para sobreviver. Desta maneira, a identidade dos moradores está associada à pesca e à Marinha visto que os primeiros terrenos foram doados por ela a pescadores, ficando sob o controle militar da ERMJR por mais de 70 anos. Na década de 1990, quando a gestão da área passa para a Prefeitura, aparecem algumas inseguranças e reavivam-se outras que já existiam, o medo da remoção e o medo de que a área virasse uma favela acalentam-se na justificativa de terem constituído moradia em terrenos doados pela Marinha a pescadores, e não invadidos, numa importante Missão Nacional. Essa especificidade faz com que o termo utilizado pelo IBGE no Censo de 2010, onde a Colônia Almirante Gomes Pereira está entre os aglomerados subnormais do Rio de Janeiro, divida opiniões e seja contestado.

Os pontos de desembarque pesqueiro algumas vezes coincidem com áreas onde existem aglomerados de baixa renda, apesar de nem todos estarem localizados nesses pontos, ocupando também morros e cruzamentos de terrenos municipais. De acordo com Ipanema (1991, p. 125), até 1991 já eram 22 *aglomerados de baixa renda na Ilha*.

De acordo com o Anuário Estatístico do Rio de Janeiro 1993/1995, IPP; Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro 2000; Armazém de Dados, IPP/2003 a renda média da Ilha é igual à da Cidade (seis salários mínimos), chegando ao dobro dessa média no Jardim Guanabara e a cerca de dez salários mínimos no Moneró. A Região apresenta, entretanto, grandes disparidades, e entre as localidades que têm as rendas médias mais baixas encontram-se Cacua, Galeão, Pitangueiras e Tauá, com rendas entre 3,5 e 4,5 salários mínimos. Por outro lado não podemos deixar de observar que a Ribeira, o Zumbi e o Jardim Guanabara, localizados no entorno do Cacua possuem renda média expressa em salários mínimos que fica entre o dobro e o triplo dos valores considerados para a nossa área de estudos, conforme pode ser observado na ilustração abaixo:

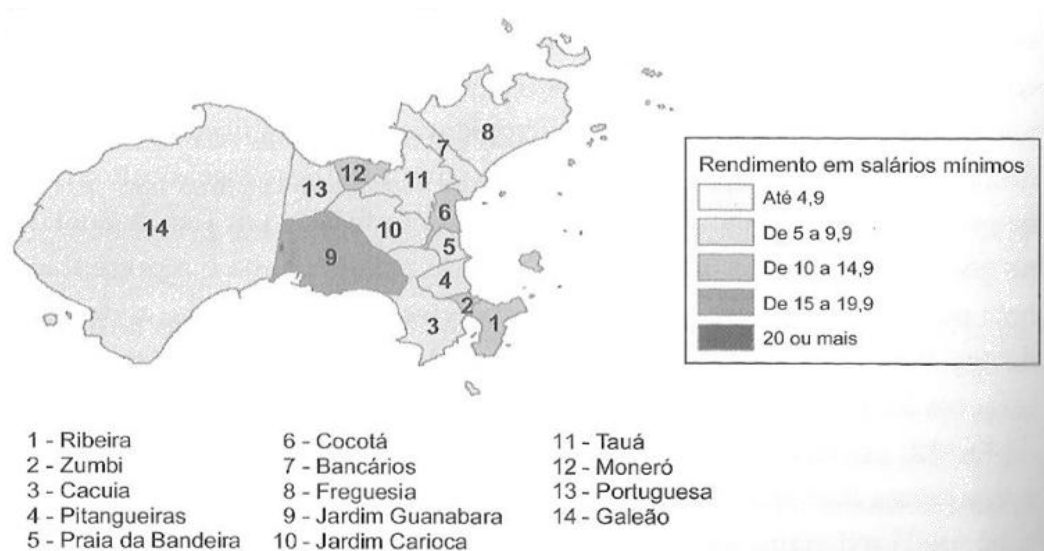


Figura 1: Renda Média Ilha do Governador. Disponível em <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>> Acesso em 01/06/2012.

Sendo assim, a área onde a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira está oficialmente localizada, o bairro do Cacuia, é justamente uma das que possuem a renda mais baixa. Muitos moradores afirmam que a Colônia é parte do Zumbi ou da Ribeira (ou está entre os dois), o que coincide com áreas que possuem uma renda um pouco melhor. A negação ao Cacuia pelos moradores pode estar associada à reivindicação de participar de uma área de renda um pouco melhor.

Muitas pessoas ainda sobrevivem da pesca, uma atividade muito antiga que vem sofrendo diversos impactos, mas tem resistido. Chama a atenção o grande número de pequenos barcos a remo, ancorados no rio Jequiá, o que caracteriza uma pesca bastante artesanal. Mas essa atividade está muitas vezes associada a precários núcleos residenciais, onde em alguns casos, sofrendo influencia de processos urbanos, a densidade demográfica cresce de forma acelerada e descontrolada, produzindo os chamados aglomerados subnormais. Mas esse termo, apesar de ser utilizado pelo IBGE desde a década de 90 é bastante criticado por muitos pesquisadores pelo seu caráter genérico, que não leva em consideração as especificidades locais e, no nosso entendimento não identifica bem nem as favelas nem as áreas pesqueiras.

O Censo do IBGE de 2010 considera 18 aglomerados subnormais na Ilha, entre eles estão a Praia da Rosa, Bancários e a Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira, áreas habitacionais de vocação pesqueira onde funcionam pontos de desembarque e comercialização de pescado.

Para o IBGE tanto a origem dos terrenos, doados a título precário, quanto os traços de crescimento descontrolado configuram um aglomerado subnormal, classificação que a área assume no Censo de 2010, mas que, no que se refere à expansão e crescimento desordenado,

tem se intensificado a partir das modificações da década de 1990, quando deixou de existir o controle da Marinha sobre a localidade.

De acordo com o último Prefeito Militar da área, José Ribamar Cardoso, 53 anos, funcionário civil da ERMJRJ, onde foi entrevistado, na década de 80 havia na área 90 domicílios e 1280 moradores, número que subiu espantosamente depois que diminuiu o controle militar sobre o crescimento populacional e a expansão das edificações.

No período que antecede a década de 90 só podemos contar com a informação do Sr. Ribamar Cardoso, mas já em 1991, de acordo com dados oficiais do IBGE, havia na Colônia de Pescadores Almirante Gomes Pereira 411 domicílios e 1661 habitantes e em 2010 esse número aumenta substancialmente para 787 domicílios e 2345 habitantes. Portanto há um aumento de 91% com relação à quantidade de domicílios e de 41% no que tange à quantidade de moradores.

Considerando os números informados pelo entrevistado em meados da década de 80 e os dados demográficos do IBGE de 1991 e 2010, observamos um aumento considerável na quantidade de domicílios e de habitantes na área a partir da década de 90, coincidindo com a década em que gradativamente cessou o controle militar sobre a localidade.

No primeiro momento (até a década de 90) a área abrigava apenas pescadores, e a sua população era muito menor que hoje, o que pode significar que o número de pescadores diminuiu relativamente, mas ainda assim essa atividade continua a ser de grande importância não apenas nessa localidade mas também em toda a baía de Guanabara, uma vez que, de acordo com Silva (2011, p.160- 161):

“Se não falta quem assevere que a forte crise atualmente enfrentada por esse posto de trabalho – atividade econômica primária – encaminha para a extinção, os representantes institucionais da Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ) e da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ) veem-no crescer e, mesmo no presente contexto de desemprego estrutural, incorporar mais trabalhadores, mormente os de baixa escolaridade.”

A autora aponta para a pesca como uma atividade que vive nos limites entre a formalidade/informalidade, uma vez que possui um caráter sazonal. Por outro lado, compreendemos que embora o pescador muitas vezes vá buscar em outras atividades (formais ou informais) o sustento para a sua família, ele não se desvincula totalmente da pesca, mesmo aqueles que acabam sendo expulsos de sua área de origem devido à especulação imobiliária e/ou ao imaginário que, acaba ligando a Colônia a um cotidiano de tranquilidade e sossego, que na verdade estão associados ao modo de vida do pescador e à origem da área (bem como à sua localização espacial) neste núcleo de trabalho e moradia, justamente por se tratar de “uma atividade que tem base identitária nas relações de sociabilidade e vizinhança.”(Silva, 2011, p.160).

O controle, antes imposto pela ERMJR, numa relação de força e proteção, é o que hoje muitos moradores sentem falta, não daquele controle excessivo, que restringia a liberdade e chegava a causar sofrimento, angustia, e medo, mas de um controle que conseguisse impedir o avanço da ocupação desordenada e fosse eficaz para proteger área das influências negativas externas da urbanização e resguardar a sua origem, pois a área nasce como concentradora de pescadores, mas hoje já atrai outros moradores devido a uma noção bastante subjetiva de sossego e tranquilidade. Essa noção está associada às representações que se constroem localmente, pelos próprios habitantes e orientam uma mudança no tipo de relação com o espaço, o que acaba inevitavelmente, apesar de todos os apelos e resistências, interferindo na sociabilidade, pois trazem sua forma de viver, que, aos poucos pode conduzir a uma perda de referência local, interferindo nos costumes.

A nostalgia e defesa aos costumes locais, praticados pelos antigos moradores que acumulam também a atividade de pescadores é muito comum. Os antigos viviam muito mais o lugar em suas relações com os vizinhos em sua familiaridade e suas tradições e o território em suas necessidades de sobrevivência e os novos moradores estão mais associados ao urbano, do qual essa área também faz parte, além de serem movidos por outras identificações e atividades, externas ao lugar, daí o que faz sentido para moradores e/ou pescadores antigos muitas vezes não faz sentido para os novos moradores, que estabelecem algum tipo de relação com os vizinhos e com o espaço, mas que não é a mesma que um morador-pescador estabeleceria. Por isso é comum os moradores antigos se referem aos novos como estranhos que adquiriram terreno na área, mas que nada têm a ver com a sua história de ocupação e com a sua origem pesqueira, numa nova apropriação do espaço que chegam a criticar.

Os moradores antigos acreditam que as experiências dos novos moradores com o espaço são diferentes. Para estes a área em questão é como um solo urbano entre tantos outros que pode estar ao seu alcance, porque mesmo não tendo ajudado a construir a sociabilidade que buscam podem comprar o direito de participar dela, portanto essa possibilidade está associada ao material, sendo o espaço e as relações que o perpassam um objeto de consumo, por outro lado, há que se verificar também, porém esse não é o nosso objetivo, se essas pessoas estão sendo empurradas de alguma outra área para a área da Colônia, há que se saber a origem dessas pessoas.

Há muitas lógicas e ideias diferentes a respeito do espaço em questão, ideias internas que concorrem e disputam como as que já citamos, mas também ideias externas, aquelas associadas aos interesses empresariais e as que têm origem no Estado, apoiadas nas legislações, nas regulações e nos planejamentos que muitas vezes são impostos sem antes consultar a necessidade real e as prioridades locais.

Os antigos moradores enxergam os novos como compradores que adquirem uma mercadoria, não apenas como moradores, mas como consumidores.

Várias lógicas se confrontam e por vezes se chocam: a da mercadoria, (levando ao limite de tentar a organização da produção de acordo com o consumo); a do Estado e da lei; a da organização espacial (planejamento do território e urbanismo); a do objeto; a da vida cotidiana; a que se pretende extrair da linguagem, da informação e da comunicação, etc. (LEFEBVRE, 1984, p. 40)

Essas múltiplas lógicas disputam espaço e sentido na sociedade. Acontece que nesses espaços verdadeiramente comunitários – onde o tempo passa de forma menos acelerada por comportar atividades de dinâmica diferenciada, que constitui os “homens lentos” de Milton Santos (1994), e também uma relação particular com o espaço, aquela de afetuosidade e de pertencimento – a busca pela felicidade, se dá pela compra do espaço, transformando sujeitos em meros consumidores, movidos pelo desejo por um modo de viver e de utilizar o tempo e o espaço, porque o tempo também é o tempo dos lentos, onde se privilegia o lazer e as atividades sociais de domingo e de fim de tarde, onde as crianças podem brincar na rua e ganhar a rua, que se apresenta sem maiores perigos e essencialmente como o lugar dos encontros, nas palavras de Lefebvre (1984), o que melhora muito com a inserção de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana, conforme veremos a seguir.

- **IMPLEMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS NA LOCALIDADE**

Em 1998 iniciam-se as obras de infraestrutura urbanas na localidade, tais como pavimentação, saneamento básico, praça, parquinho para as crianças e campo de futebol e implantação de placas de sinalização ecológica em seu interior e entorno. Essa foi uma consequência da passagem da área para a administração municipal em 1996. Legalmente a Prefeitura teria um período de 5 anos contados da data em que assumiu a área para promover essas modificações, ou seja, até 2001.

Certeau (2011, p.38- 39) em sua abordagem sobre bairro nos fala que ele seria o vínculo que une o espaço público e o privado: “lugar onde se manifesta um “engajamento” social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados ao sujeito pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição.”

Em nossa perspectiva o autor nos coloca, apesar de trabalhar em uma escala ampliada – o bairro –, nada mais do que a sociabilidade e o sentimento de coletividade que emana da nossa relação com um espaço conhecido, aquele no qual convivemos com outras pessoas no dia-a-dia. Podemos adaptar seu entendimento dessas relações à nossa análise reduzindo a escala pelo fato de a localidade estudada estar inserida num bairro e possuir características tão particulares em relação ao mesmo. Desta maneira acreditamos ser uma boa solução reduzir a sua análise ao nível local, onde há até muito mais convivência entre as pessoas, numa arte de conviver em comunidade. Assim, “a porção do espaço público, em geral (anônimo, de todo mundo) se

insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso cotidiano desse espaço.” (CERTEAU, 2011, p.40).

Ainda se tratando desse espaço público, há os remetimentos cotidianos à história do lugar que contribuem para a apropriação desse espaço, principalmente pelos pescadores e suas famílias no que se refere versão local da origem da ocupação, associada à Missão do Cruzador José Bonifácio e da proximidade com a Marinha, e a transformou em oficial, dando subsídios para que a identidade local se fortalecesse, valorizando assim a área. As placas educativas instaladas pela Prefeitura tanto se referem ao meio ambiente quanto à história local de ocupação da área e à parceria da Marinha durante a implantação da APARU aproveitando a vocação, a identidade.

Essas modificações no espaço público só foram possíveis quando a reversão tornou a área pública, de abrangência da Prefeitura, começando a fazer parte da nova cena espacial a prática valorativa de vestígios históricos de uma localidade agora mais integrada à vida urbana, mas era necessário criar uma estrutura que pudesse dar conta da realidade ambiental e histórica da área, o que seria consolidado com a implantação do CEA.

- **A IMPLANTAÇÃO DO CEA NA LOCALIDADE**

Em 1999, ocorre outra instalação remetendo aos equipamentos urbanos. Trata-se da implantação do CEA pela Prefeitura que buscou valorizar as características locais naturais relacionadas à foz do rio e ao manguezal do Jequiá. Este acontecimento foi acompanhado de muita polêmica gerada principalmente pelo descontentamento em face à desconsideração do trabalho ambiental que já era realizado na área pela Associação dos Amigos do Manguezal do Jequiá e pelo Grupo Mundo da Lama.

Até hoje o CEA sofre críticas quanto a isso. Sua implantação foi bastante conturbada e polêmica, não envolvendo a população. Aparece como uma “prótese urbana da Prefeitura”, que surge com discursos e práticas genéricas de educação ambiental, muitas vezes distante à realidade da população local.

O prédio do CEA foi instalado na localidade destoando completamente das construções populares locais. A derrubada de casas de pescadores para a sua construção foi um dos episódios que deixou os moradores descontentes.

Atualmente, na tentativa de reverter essa situação de afastamento a Secretaria de Meio Ambiente de tempos em tempos propõe algum evento ou exposição no CEA voltado para a comunidade, sempre utilizando a mão-de-obra gratuita de moradores atuantes da área, o que muitas vezes é questionado. São exemplos as exposições “Janelas do Tempo” e “Olhar de Pescador”, organizadas pelo José Luiz de Castro Ferreira, presidente da ONG Associação de Amigos do Jequiá.

Conclusão

A pesca possui uma importância para a sobrevivência dessa comunidade pesqueira, e seu significado vem ganhando força nas questões de origem, do direito à diferença, do sentido e da produção social desse grupo que cria mecanismos para resistir às crises as quais esse segmento está submetido de modo geral, mas também no que tange ao local, as dificuldades impostas à vida cotidiana.

Como se não bastasse o problema da falta do título de propriedade, os moradores ainda têm conviver com o “título” de “aglomerado subnormal” (Censo do IBGE- 2010) e com as disputas territoriais e a modernização da baía de Guanabara, onde cada vez crescem mais as áreas de exclusão à pesca.

Acostumados a todo o tipo de dominação e sofrendo todo o tipo de influências, tais como: 1. a exercida pela classe média do entorno até a da especulação imobiliária e as que são consequências da sua maior integração com o urbano; 2. a comunidade segue ganhando moradores de outras áreas, o que conseqüentemente coloca em risco sua especificidade de comunidade pesqueira. Como forma de resistência, verifica-se a luta pela defesa do sentido do lugar. Os pescadores pontam para a sua origem para justificar a característica da localidade e de suas moradias, de seus filhos e netos. Manter e recriar os imaginários frente às imagens urbanas que valorizam as formas luminosas do urbano (ideologia da proteção ambiental, sem os pescadores artesanais, a implementação de infra-estruturas, a inserção de trabalhadores urbanos na localidade). A luta dos pescadores para continuar a habitá-la e ter como trajeto o rio Jequiá para exercer a atividade na baía é uma resistência tecida no cotidiano praticado – no espaço vivido e concebido, conforme ensina Lefebvre (1999). Nesta luta, fortalece-se a identidade – memória da localidade em suas relações antigas com a Marinha, que permitia moradia e trabalho na área, tendo realizado seu controle por mais de 70 anos.

Por ser uma atividade extrativista, a pesca depende da natureza e também por se tratar de uma atividade que se aprende no seio da família e da comunidade, com relações de hereditariedade e vizinhança muito bem marcadas e ainda presentes na localidade, inevitavelmente os laços com a comunidade tendem a se fortalecer para defender essa base material que proporciona sobrevivência, não só no sentido material, mas principalmente existencial, cultural.

Referencias Bibliograficas

BORGES, Cristina Xavier de Almeida. *Do nascimento ao acaso de Unidade de Conservação: Área de proteção ambiental e recuperação urbana – APARU Jequiá*. Disponível em <http://>

www.anppas.org.br/encontroanual/encontro2/GT/GT07/cristina_borges.pdf. Acesso em 9 mar. 2011.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *A invenção do Cotidiano: 2. Morar e Cozinhar*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2011. 10ª edição.

FERREIRA, Janylle de Almeida. *Favelado ou Pescador? Estudo sobre a estigmatizada e segregada Comunidade Pesqueira do Gradim – S.G.- São Gonçalo/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores/ Departamento de Geografia, 2008.*

IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Madri: Alianza, 1984.

_____. *Revolução Urbana*. Belo Horizonte. UFMG, 1999.

MATA, Teresinha Malvares Victorino da. *O Manguezal do Jequiá e José Luiz de Castro Ferreira - Uma história de entrelaces*. Rio de Janeiro/ Universidade Cândido Mendes/ Núcleo de Educação Ambiental, 2008.

MONTEIRO, Vera Dailce Paiva. *Paisagem e Memória: o manguezal do Jequiá na construção da memória de uma colônia de pecadores na Ilha do Governador*. Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Memória Social e Documento, 2005.

RESENDE, Alberto Toledo. *O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República*, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jobran Livraria e Editora, 1996.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 2ª Edição. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994

_____ & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São. Paulo. Editora Record, 2001.

SILVA, Catia Antonia da. *Economia política do território: desafios para pensar a metrópole*. In SILVA, Catia Antonia da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2011.

VILLAR, Frederico. *A Missão do Cruzador “José Bonifácio”. Os Pescadores na Defesa Nacional. A Nacionalização da Pesca e Organização de seus serviços (1919-1923)*. Subsídios para a História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Gráfica Laemmert Limitada, 1945

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1. Brasília: Editora UNB, 2000